

Crianças-soldados ganham proteção

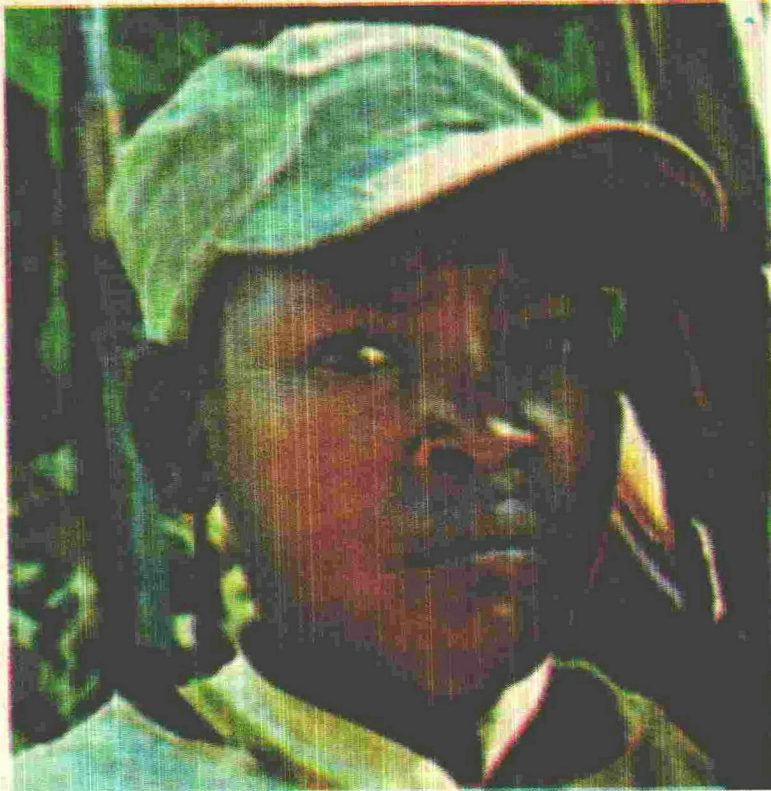
Compromisso de 60 países evitará participação em guerras pelo mundo

Quase 60 países da Europa, África, América e Ásia se comprometeram ontem a não conter esforços para pôr fim à utilização e ao recrutamento ilegal de meninos e meninas por forças e grupos armados no mundo, no encerramento de uma conferência internacional sobre o drama das crianças-soldados.

Os Compromissos de Paris foram lidos pelo ministro de Relações Exteriores da França, Philippe Douste-Blazy, ao término da reunião, co-patrocinada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), para mobilizar a comunidade internacional sobre um problema que atinge hoje mais de 250 mil menores de 18 anos, principalmente na África.

Apesar de os compromissos dos países em defesa dessas crianças e adolescentes não terem valor jurídico vinculativo, representam um compromisso "moral", segundo definição de fontes diplomáticas.

O documento retoma os principais pontos dos Princípios de Paris apresentados



Crianças poderão se ver livres da participação em conflitos

ontem, uma espécie de guia de boas práticas para as ONGs e outros envolvidos na causa em favor das crianças-soldados e que atualiza os Princípios da Cidade do Cabo, elaborados há dez anos na cidade sul-africana.

Abusos sexuais

Os novos princípios, os primeiros a serem acompanhados por um compromisso político de países, chamam a atenção para o caso das meninas, duplamente vítimas, por serem exploradas sexualmente e, quando recu-

peram a liberdade, elas e os filhos frutos dos abusos enfrentarem discriminação em suas comunidades.

O texto, que amplia a definição de criança-soldado, insiste na necessidade de financiamento a longo prazo para os programas de reinserção e em dispositivos de prevenção.

Nos Compromissos de Paris, os países se propõem a combater a impunidade e a imunidade para os autores do recrutamento ou utilização ilegal de menores de 18 anos nos conflitos e exigem a

libertação incondicional das crianças, sem que a persistência dos conflitos possa ser utilizada como pretexto para burlá-la.

"Vítimas, não culpados"

Os menores de 18 anos detidos por crimes contra o direito internacional devem ser vistos "primeiro como vítimas, e não só como supostos culpados", afirma o texto, segundo o qual devem ser tratados "sob justiça reparadora e reinserção social".

Entre os países representados em Paris estão quase todos os da União Europeia (UE) e outros doadores, como a Suíça e o Japão, mas não os Estados Unidos, segundo a lista divulgada na conferência.

A América Latina foi representada por Colômbia, Haiti e Peru. A utilização de menores pelas guerrilhas e os paramilitares na Colômbia foi lembrada na reunião, assim como o recrutamento de menores por grupos criminosos no Haiti.

Mais de meia dúzia de países africanos que apresentam o uso em massa de crianças-soldados em conflitos armados assinam os acordos, assim como vários da Ásia onde também há menores recrutados e utilizados ilegalmente por forças ou grupos armados.